

Ditadura Militar e a posição da Igreja Católica no estado de Goiás (1964-1985): o emblemático caso de Dom Fernando Gomes dos Santos

Military Dictatorship and the Position of the Catholic Church in the State of Goiás (1964-1985): the emblematic case of Dom Fernando Gomes dos Santos

José Reinaldo F. Martins Filho*
Sandra Catharinne Pantaleão Resende**
Paulo Afonso Tavares***

Resumo

O presente estudo tem como objetivo discutir a Ditadura Militar e a posição da Igreja Católica no estado de Goiás. Inicialmente, examina o posicionamento da Igreja Católica diante do regime militar e, em seguida, foca no catolicismo no de Goiás, destacando a atuação do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos. A metodologia utilizada neste artigo incluiu pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e outros estudos acadêmicos, bem como pesquisa documental em materiais relevantes à temática. Os achados indicam que a relação entre a Igreja Católica e o regime militar em Goiás, assim como no restante do Brasil, foi marcada por uma complexidade de interesses, posições e dinâmicas locais, que não se limitam a uma única narrativa. Contudo, é importante destacar a atuação de Dom Fernando, cujo papel como arcebispo foi crucial na abordagem de problemas sociais, buscando alternativas para os desafios enfrentados pelos grupos sociais mais vulneráveis em um período em que as práticas do Estado divergiram significativamente dos preceitos defendidos pela Igreja Católica, especialmente o princípio da dignidade humana.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Igreja Católica. Goiás.

Abstract

This study aimed to discuss the Military Dictatorship and the position of the Catholic Church in the State of Goiás. Initially, it examines the stance of the Catholic Church towards the military regime, and then it focuses on Catholicism in the State of Goiás, highlighting the work of the Archbishop of Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos. The methodology used in this article included bibliographic research in books, articles, theses, and other academic studies, as well as documentary research on materials relevant to the theme. The findings indicate that the relationship between the Catholic Church and the military regime in Goiás, as well as in the rest of Brazil, was marked by a complexity of interests, positions, and local dynamics, which do not

Artigo submetido em 31 de março de 2024 e aprovado em 8 de novembro de 2024.

* Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás, instituição em que obteve os graus de Mestre em Filosofia e em Música, com concentração em Musicologia. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0001-7722-3729. E-mail: jreinaldomartins@pucgoias.edu.br.

** Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Mestre em Geografia - Dinâmica Sócio-Ambiental, pela UEL. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Goiás e em Artes Visuais - habilitação Design Gráfico pela UFG. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-5145-9255. E-mail: catharinne@pucgoias.edu.br.

*** Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial e em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestrando em Direito Constitucional Econômico no Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-6950-6451. E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com.

adhere to a single narrative. However, it is important to highlight the actions of Dom Fernando, whose role as archbishop was crucial in addressing social problems, seeking alternatives for the challenges faced by the most vulnerable social groups in a period when the state's practices significantly diverged from the precepts defended by the Catholic Church, notably the principle of human dignity.

Keywords: Military Dictatorship. Catholic Church. Goiás.

Introdução

A Ditadura Militar (1964-1985) foi um período conturbado na história do Brasil, marcado por uma diversidade de interpretações. No estado de Goiás, a dinâmica desse processo político apresentou particularidades, especialmente porque o governador da época, Mauro Borges (1961-1964), era um militar de alta patente que apoiou os setores contrários ao presidente João Goulart. Assim, em Goiás, o golpe só se concretizou em novembro de 1964. Durante esse período, é importante destacar a atuação do arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos, profundamente ligado aos valores dos governos interrompidos e adepto do catolicismo social. No caso da realidade regional, Dom Fernando teve, realmente, um papel fundamental na aglutinação do episcopado em defesa dos princípios universais da dignidade humana e na busca por restabelecer a democracia, ainda que também tenha havido alguns bispos favoráveis à manutenção do regime militar, como mais tarde se confirmou em dioceses como Uruaçu e Anápolis.

Este estudo, por isso, tem como objetivo discutir a Ditadura Militar e a posição da Igreja Católica no estado de Goiás, fazendo-o a partir de um caso concreto, plausível desde o perfil analítico que se irá propor. Busca-se demonstrar que, inicialmente, a Igreja Católica apoiou a Ditadura Militar, utilizando o argumento da necessidade de combater o comunismo. Esse posicionamento fortaleceu os laços entre a Igreja e o Exército, e a atuação de seus bispos foi determinante, pois acreditavam que essa seria a melhor forma de lidar com os conflitos políticos e sociais. No entanto, ao tomar conhecimento das ações dos militares, especialmente as práticas de tortura contra os críticos do regime, a maior parte dos bispos se posicionou claramente contra a ditadura, atuando em defesa dos brasileiros torturados ou assassinados.

Dentre esse grupo, destacou-se Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, que teve papel significativo no combate aos abusos cometidos durante a ditadura, com especial atenção à defesa dos estudantes

perseguidos pelos militares.

A metodologia utilizada neste artigo inclui pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e outros estudos acadêmicos, além de pesquisa documental em materiais relevantes ao tema. O artigo está estruturado em duas seções: a primeira dedicada ao estudo sobre o posicionamento da Igreja Católica em relação ao regime militar e a segunda focada no catolicismo no estado de Goiás, com ênfase à atuação do Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos.

1 A Igreja Católica e o Regime Militar

A vitória do legalismo e a chegada de João Goulart à presidência em 1961, mesmo com poderes restritos, impulsionou o crescimento de movimentos sociais populares por todo o país. A perspectiva de implementar um projeto nacional-estatista se tornava cada vez mais plausível. Durante esse período, as reformas começaram a fazer parte do vocabulário político, expandindo seu alcance em diversas áreas: agrária, urbana, tributária, universitária, entre outras. A sociedade parecia se engajar em um amplo debate sobre essas questões, embora os grupos conservadores demonstrassem uma certa resistência à mudança (Siqueira, 2019).

O retorno ao sistema presidencialista, após o plebiscito de 1963, foi interpretado por Jango e seus apoiadores como uma forte demonstração de confiança em suas políticas. Contudo, a realidade era que a sociedade já se encontrava profundamente dividida e o movimento reformista enfrentava um impasse. Após as eleições estaduais de 1962, os grupos conservadores ganharam força e começaram a organizar uma resistência ativa aos seus interesses (Reis, 2005).

Nos dias que antecederam o golpe, houve intensa agitação em alguns setores da sociedade brasileira. O comício promovido por Goulart na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, marcou um ponto de virada, evidenciando o apoio das esquerdas, trabalhadores urbanos e rurais, alguns setores estudantis e até de parte das Forças Armadas ao presidente. Em contrapartida, as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", iniciadas em 19 de março, mobilizaram a

população católica e outros setores conservadores em uma campanha ampla e organizada contra o governo, culminando no golpe que destituiu João Goulart. As marchas representavam não apenas a posição da Igreja Católica, mas também de políticos conservadores, da elite empresarial e de movimentos femininos de classe média, expressando o descontentamento com as demandas populares em ascensão (Codato; Oliveira, 2004).

O golpe teve um caráter civil-militar, embora efetivamente tenha sido conduzido por militares (Soares; D'Araújo, 1994). É complexo determinar até que ponto os golpistas estavam convencidos sobre a possibilidade de um golpe de esquerda. Segundo alguns teóricos marxistas, as ameaças eram reais, levando às justificativas para apoiar o golpe: seria uma medida para "salvar" o país da subversão, do comunismo, da corrupção e do populismo, lutando contra a "crise moral" em nome da "democracia" e da civilização ocidental cristã.

Inicialmente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apoiou as políticas reformistas de Goulart mas, diante do crescimento dos movimentos sociais, passou a adotar uma postura conservadora, temendo a desordem social e antecipando uma possível insurreição comunista. A grande marcha no Rio de Janeiro, após o golpe, adotou um caráter oficial de celebração da intervenção militar (Presot, 2004). A Igreja via o comunismo como uma ameaça ao catolicismo, e, após a vitória do golpe militar, abençoou os vitoriosos com sua autoridade (Reis, 2005).

No entanto, o apoio não foi unânime dentro da hierarquia eclesiástica. Figuras importantes da Igreja, como o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, apoiaram as marchas, enquanto outros, como o Núncio Apostólico Armando Lombardi, criticaram as manifestações, levando a Igreja a se distanciar oficialmente do movimento. Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Motta tentou desencorajar as marchas em São Paulo, sem sucesso (Bruneau, 1974).

A declaração de apoio da CNBB ao golpe, publicada em maio, assinada por 26 bispos importantes de todo o Brasil, tentou demonstrar unidade dentro da Igreja, agradecendo aos militares por "salvarem" o país do comunismo. Destaca-se Dom Geraldo de Proença Sigaud, conhecido por seu catolicismo

ultraconservador (Costa; Pandolfi; Serbin, 2001).

O historiador norte-americano Kenneth Serbin encontrou na Biblioteca do Instituto Nacional de Pastoral um rascunho de uma declaração dos bispos considerados "progressistas" criticando o golpe, indicando que um segmento do episcopado estava pronto para se posicionar firmemente contra os militares, sugerindo que sua publicação teria tido um impacto significativo, semelhante às declarações episcopais dos anos 1970 (Serbin, 2000).

Sente-se a Igreja ameaçada em sua legítima liberdade e missão pelas violências contra ela praticadas em quase toda a extensão do território nacional. Com efeito, representantes do poder temporal arvoram-se o direito de julgar autoritariamente a doutrinação da Igreja, reservando-se a competência de decidir se o que ela ensina é o cristianismo ou o marxismo, proíbem a divulgação de documentos episcopais, [...] acusam os próprios bispos de subversivos ou comunistas, não poupam o Vaticano, [...] invadem propriedades da Igreja [...]. Envolvem a Igreja em suspeita generalizada e desprestigiam, perante o povo cristão, seus ministros (Serbin, 2000, p. 102-103).

A declaração publicada demonstrou um apoio aberto à intervenção militar, com os bispos reforçando seu suporte ao golpe e sua oposição à propagação de ideias comunistas. A CNBB se tornou um instrumento crucial de legitimação do regime que viria a dominar o país nas próximas duas décadas, mantendo a tradição de conciliação entre as duas instituições. Inicialmente, até mesmo Dom Hélder Pessoa Câmara, conhecido defensor das reformas sociais, adotou uma postura de neutralidade, buscando atuar como um pacificador e mantendo um relacionamento cordial com os golpistas. Ele nutria a esperança de que os militares pudessem guiar a “revolução” rumo à democracia (Piletti; Praxedes, 1997).

A eleição de 1964 na CNBB, que trouxe um grupo mais conservador à sua liderança, fortaleceu ainda mais sua posição inicial em relação aos militares. Dom Agnelo Rossi, com suas inclinações conservadoras, assumiu a presidência, e Dom José Gonçalves, um administrador eclesiástico, tornou-se o secretário-geral. Dom Hélder foi transferido para a diocese de Olinda e Recife, após manobras articuladas por Dom Jaime de Barros Câmara. Dom Vicente Scherer, encarregado dos assuntos laicos, desempenhou um papel fundamental no desmantelamento da Juventude Universitária Católica (JUC), concluído em 1966.

Sob a nova direção, a CNBB adotou uma postura que representava não apenas os interesses de uma minoria de bispos favoráveis às reformas sociais, mas também os da hierarquia eclesial de modo geral. Em sua reconfiguração, bispos considerados “progressistas” foram relegados a cargos de menor importância. Dom Hélder Câmara tornou-se secretário de ação social; Dom Fernando Gomes dos Santos, secretário de assuntos pastorais; e Dom Cândido Padin, secretário de educação (Bruneau, 1974).

Entre 1964 e 1968, a CNBB voltou-se mais para questões internas do que para os debates políticos e sociais, tendendo a uma maior burocratização. Mesmo o Concílio Vaticano II não incentivou uma intensificação de sua ação social. Os bispos mantiveram-se em silêncio sobre o governo militar, a repressão e até mesmo os problemas socioeconômicos. A VIII Assembleia Geral da CNBB, realizada em 1967 em Aparecida (SP), proclamou um “Ano de Fé”, deixando claro o distanciamento da conferência em relação a temas sociais, focando em questões doutrinárias e administrativas (Siqueira, 2019).

Apesar da CNBB ser a principal voz da Igreja no Brasil, outras expressões do catolicismo institucional emergiram, especialmente através das conferências episcopais regionais, que debatiam questões sociais e políticas, evidenciando tensões dentro da Igreja. Por exemplo, os bispos do Amazonas, influenciados pela Operação Amazônia do governo Castelo Branco, começaram a se envolver mais ativamente com os desfavorecidos, diante do deslocamento forçado de camponeses e do aumento dos conflitos sociais na região.

Esses bispos levaram suas preocupações para as reuniões da CNBB, clamando por maior atenção às questões de pobreza e à integração econômica da região. A partir de 1969, bispos como Dom José Martiniano, de Macapá (AM), e, posteriormente, Dom Estevão Cardoso Avelar, de Marabá (PA), e Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), começaram a promover encontros para debater suas práticas pastorais, tornando-se notórios por seu apoio a camponeses e indígenas (Mainwaring, 2004).

Os anos de 1968 e 1969 foram marcantes para a CNBB, especialmente após o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que intensificou a repressão. Isso motivou a

CNBB a adotar uma postura mais crítica em relação ao Estado, culminando na divulgação de um documento cauteloso em 1969, que criticava as arbitrariedades permitidas pelo ato e defendia os direitos humanos, a liberdade de expressão e o direito à informação.

Na década de 1970, a CNBB se consolidou como uma voz opositora significativa ao regime, com líderes como Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheiter denunciando publicamente as arbitrariedades militares. Eles se tornaram um canal para denúncias de violência e alvo dos órgãos de repressão.

Considerando este contexto, a próxima seção deste estudo foca especificamente na relação entre a Ditadura Militar e a Igreja Católica no Estado de Goiás, indicando o posicionamento de Dom Fernando Gomes dos Santos, inclusive por seu apoio às minorias e defesa dos movimentos sociais reprimidos com o golpe militar.

2 Ditadura Militar e a Igreja Católica no Estado de Goiás

Como se observa, logo no início da ditadura, já era perceptível a presença de atos repressivos na sociedade, especialmente entre os grupos que se opunham ao regime militar. A ação coercitiva alcançou até mesmo membros do clero brasileiro e os estados adotaram posturas diversas diante da ditadura. Alguns religiosos, temendo represálias, optaram pelo silêncio em relação aos abusos da época, enquanto outros se manifestaram claramente contra o regime.

A ala progressista da Igreja Católica, mobilizada na luta popular, desempenhou um papel crucial ao oferecer suporte a uma parcela da população que resistia ao Regime Militar. Essa atuação é reconhecida como uma forma de resistência civil, que visava combater a opressão, especialmente as tentativas de silenciar vozes opositoras ao regime (Singer; Brant, 1983).

Diante do contexto nacional e dos desafios enfrentados pela Igreja Católica na contenção dos abusos contra civis — particularmente contra os estudantes que se opunham ao regime —, movimentos foram organizados pelos bispos em cada unidade federativa do país, com o objetivo de proteger os cidadãos ameaçados pelo Estado de exceção então vigente. Em Goiás, a resistência da Igreja às

arbitrariedades foi liderada por Dom Fernando, e a repressão se intensificou principalmente sobre os movimentos sociais e estudantis contrários aos militares. Nesse contexto de tensão, houve reação dos movimentos de esquerda. Na Igreja, apesar da adesão à hierarquia eclesiástica, prevaleceu a interpretação dos ensinamentos conciliares para entender o contexto vivido pela sociedade e para analisar a gravidade das violações enfrentadas pelos cidadãos, especialmente os estudantes, em oposição ao regime.

Este segmento demonstra a postura do clero no estado de Goiás, destacando-se a atuação do Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos.

2.1 A importância do Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos

Dom Fernando Gomes dos Santos, natural da Paraíba, nasceu em 1910 na cidade de Patos. Foi sagrado bispo em 1943, iniciando seu ministério na diocese de Penedo, em Alagoas. Após alguns anos, assumiu a diocese de Aracaju, onde permaneceu por um breve período. Em 1957, foi transferido para a Arquidiocese de Goiânia, local onde permaneceu até sua morte em 1985. Durante este período, fundou a Universidade Católica de Goiás, a atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Gomes, 2014).

Dom Fernando desempenhou um papel destacado durante a Ditadura Militar no Brasil. Neste período, enquanto algumas lideranças apoiavam o regime, considerando-o um baluarte contra o comunismo, outras se opunham veementemente à repressão e às violações dos direitos humanos, engajando-se em movimentos de resistência e prestando apoio às vítimas da repressão (Kopanyshyn, 2016).

Especificamente em Goiás, Dom Fernando Gomes dos Santos teve uma atuação significativa em defesa dos direitos humanos, apoiando movimentos de resistência e denunciando abusos. Suas ações variavam desde pregações contra a violência e injustiça em sermões e homilias até o apoio direto a perseguidos políticos, fornecendo-lhes abrigo em igrejas e dependências eclesiásticas. A CNBB também se posicionou, em diversas ocasiões, contra as políticas e práticas do regime militar, especialmente em relação à tortura e à restrição à liberdade

política.

Já em 1965, o Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR) identificou o envolvimento do bispo com o “movimento contra-revolucionário” dos estudantes goianos, mostrando-se sempre próximo a eles e, em 1968, dedicou uma missa aos indivíduos presos pelo governo estadual. Naquele mesmo ano, fortaleceu seus laços com os estudantes ao informar a alguns deputados sobre a participação destes nas comemorações do 1º de maio ao lado da Igreja. Também marcou presença na abertura do ano letivo de diversas universidades e foi eleito delegado do Brasil no II Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

Em 1969, chamou a atenção dos analistas do CENIMAR novamente por suas conexões com o movimento estudantil, realizando reuniões semanais noturnas na sede da Cúria Metropolitana com grupos de estudantes, chegando a planejar a divulgação de um manifesto condenando as últimas ações do governo, especialmente a pena de morte. Por suas atividades, foi comparado a Dom Hélder Câmara, seguindo as diretrizes adotadas pelo Arcebispo de Olinda e Recife (Bezerra, 2010).

Em meio a uma atmosfera de crescentes tensões entre o arcebispo e os militares, marcada pelo período mais sombrio da censura à imprensa, Dom Fernando escreveu, em 1972, a Carta Pastoral dirigida ao povo de Deus da Arquidiocese de Goiânia. Em 6 de maio de 1973, juntamente com outros cinco bispos do Centro-Sul de Goiás e da região do Araguaia-Tocantins, tomou a iniciativa de publicar, de forma independente, o documento intitulado "Marginalização de um Povo – Grito das Igrejas". Este documento oferecia uma análise crítica e denunciava a realidade enfrentada pela população nessas regiões. Como reação, o governo ordenou a prisão dos funcionários da gráfica responsável pela impressão do material. Consciente dessa repressão, Dom Fernando redigiu uma carta pastoral, destinada a ser proclamada em todas as igrejas da Arquidiocese no dia 21 de junho de 1973.

Após esse episódio, Dom Fernando apresentou o texto aos bispos durante uma reunião em Brasília. Os bispos reconheceram que o conteúdo da carta refletia os sentimentos do episcopado brasileiro. Eles sugeriram algumas

alterações e recomendaram que o arcebispo de Goiânia enviasse o documento revisado pelo correio. Seguindo as orientações, Dom Fernando realizou as modificações sugeridas e enviou cópias do texto, ainda em versão preliminar, aos bispos de todo o Brasil.

No início de junho, durante uma visita a Brasília com Dom Ivo Lorscheider para buscar a intervenção das autoridades federais contra uma violenta operação militar em São Félix do Araguaia – desencadeada logo após a condenação do padre Francisco Jentel a dez anos de prisão –, Dom Fernando teve uma surpresa. Em um dos gabinetes, foi abordado por um major do Exército, que lhe solicitou que não divulgasse a carta pastoral.

Conforme Dom Fernando relata, ele questionou o oficial do Exército sobre como tinha conhecimento do documento, dizendo: “Como o senhor tem conhecimento desse documento?”, indagou, considerando que não havia enviado nenhuma cópia ao Governo, mas apenas aos bispos, pelo correio. Diante da pergunta, o oficial ficou confuso e não soube o que responder (Santos, 1982, p. 229). Dom Fernando reafirmou sua determinação em publicar o documento, aceitando todas as possíveis consequências de sua ação. Contudo, a divulgação do texto foi limitada, uma vez que os jornais estavam sob estrita censura durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, impedindo, assim, uma ampla circulação da carta pastoral.

A carta pastoral de Dom Fernando, intitulada “Sobre como vemos a situação da Igreja, em face do atual regime”, apesar de ter divulgação restringida pela censura à imprensa, conseguiu tocar questões sensíveis para o Governo. Isso ficou evidente quando, no final de junho de 1973, Dom Fernando foi convidado para um encontro entre representantes do Governo militar e da Igreja, agendado para o dia 3 de agosto. Esse convite era parte dos “encontros bipartites”, uma série de diálogos confidenciais iniciados pelo governo, visando reduzir as tensões com a Igreja. (Serbin, 2000).

O arcebispo de Goiânia aceitou o convite para o encontro, apesar do contexto de perseguição à Igreja na época (com seis agentes pastorais de São Félix do Araguaia ainda detidos após terem sido torturados e toda a equipe pastoral da

prelazia sob investigação de um inquérito policial-militar). Essa decisão gerou preocupação em Goiás, onde muitos temiam que Dom Fernando pudesse ser preso pelos militares durante sua estadia no Rio de Janeiro. Como resposta, pessoas devotas organizaram vigílias de oração pela segurança do Arcebispo. No entanto, Dom Fernando, demonstrando tranquilidade, prosseguiu com sua viagem, tomando o cuidado de levar consigo, por escrito, algumas ideias que pretendia discutir pessoalmente no encontro.

Conforme o relato de Dom Fernando Gomes dos Santos (1982), o encontro ocorreu no dia 3 de agosto de 1973, às 14h30, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Rio de Janeiro. Este importante diálogo contou com a presença de figuras de destaque tanto da Igreja quanto do governo e das forças armadas, evidenciando a natureza significativa da reunião.

Estiveram presentes Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheider, respectivamente presidente e secretário da CNBB, além do presidente da Comissão Justiça e Paz, professor Cândido Mendes. Do lado militar e civil, participaram o General Muricy, o Almirante Ribeiro Marques, comandante dos Fuzileiros Navais, o Coronel Pacífico, subchefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e comandante da Vila Militar de Artilharia do Rio, o Coronel Sampaio, substituto do Coronel Pacífico no SNI, e o professor Tarcísio Padilha, membro do Conselho Federal de Educação e da Escola Superior de Guerra.

Depois das saudações e apresentações, o General Muricy, coordenador de sua equipe, expôs os objetivos do encontro e suas considerações sobre a minha Carta Pastoral, ressaltando os objetivos da Revolução e sua atuante participação, sobretudo, no Nordeste [...]. Foi-me concedida a palavra. Agradei a oportunidade de participar daquele encontro e pedi licença para ler o que havia escrito, como exposição sucinta e refletida do meu modo de ver a situação, nas atuais conjunturas [...]. Com relação à Carta, expressou-se particularmente magoado com alguns comentários que fiz, ao tratar de comunismo, subversão e corrupção. Concordou, porém, em diversos pontos, chegando a afirmar que censurava o fato de eu ter generalizado o que, segundo ele, são fatos isolados e contrários à orientação do Governo. Em síntese, achou que a Carta Pastoral não devia ser divulgada para evitar possíveis consequências desagradáveis, em virtude dos comentários ou interpretações que dela surgissem [...]. Com a palavra novamente, expliquei os meus pontos de vista. Fiz observar que não atacava pessoas nem o governo, mas censurava os abusos do regime, a falta de justiça para com o povo oprimido e o enfraquecimento do poder do Congresso Nacional [...]. Quanto à referência de que a Carta não deveria ser divulgada, declarei que já estava divulgada na Arquidiocese, embora não me fosse permitido imprimi-la. No que se refere às

consequências desagradáveis que poderiam surgir, declarei tranquilamente que estava preparado e disposto a suportá-las, quaisquer que fossem. A meu ver, foi este o momento que me pareceu mais delicado do encontro. Aguardei a reação, mas o General contornou o problema, com outras considerações (Santos, 1982, p. 245- 246).

No dia 4 de agosto de 1973, imediatamente após retornar do encontro bipartite no Rio de Janeiro, Dom Fernando elaborou um relatório detalhando o diálogo que ocorreu entre os representantes do Governo militar e da Igreja. O arcebispo providenciou a mimeografia desse relatório e distribuiu as cópias entre os agentes pastorais e as pessoas que haviam demonstrado preocupação com sua segurança, inclusive aqueles que organizaram orações em sua intenção quando ele partiu para o Rio. Este gesto não apenas informou a comunidade sobre os desdobramentos do encontro, mas também tranquilizou aqueles que estavam ansiosos por sua segurança (Santos, 1982).

A insatisfação gerada pelo primeiro encontro bipartite motivou a realização de uma segunda reunião, que ocorreu no dia 26 de setembro de 1973, também no Rio de Janeiro. Durante essa nova rodada de diálogos, ficou evidente que os representantes militares estavam descontentes com a forma como Dom Fernando havia divulgado informações sobre o encontro anterior. O arcebispo, defendendo a transparência, argumentou contra a manutenção do sigilo dessas discussões. Além de várias outras questões, Dom Fernando aproveitou a oportunidade para denunciar a censura imposta pelo regime militar, destacando, em particular, as restrições que afetavam a Revista da Arquidiocese de Goiânia. (Santos, 1982). Após esses confrontos, a Revista da Arquidiocese foi sujeita à censura por um período de um ano, entre 1973 e 1974, devido à recusa da Polícia Federal em atender ao pedido de registro, que era uma exigência legal na época. Em julho de 1982, essa obrigação de registro, que havia causado tantos transtornos, foi finalmente suspensa, conforme comunicado pela diretoria da Divisão de Censura da Polícia Federal, em Brasília.

Dom Fernando, em sua carta circular datada de 30 de junho de 1974, expôs aos fiéis e aos assinantes da Revista da Arquidiocese essa medida repressiva e de censura que afetou o principal meio de comunicação escrito não apenas da Igreja de Goiânia, mas provavelmente de todo o Estado de Goiás. Através dessa comunicação, ele buscou informar e conscientizar a comunidade sobre os

desafios enfrentados pela revista diante das imposições do regime militar. (Santos, 1982).

Dom Fernando Gomes preocupou os órgãos de informação ao longo de todo o regime, principalmente por seu envolvimento com o movimento estudantil. À medida que a repressão aos estudantes aumentava, mais o bispo se mobilizava, tornando-se uma referência para os jovens que buscavam sua orientação e apoio. Isso o colocava na visão dos órgãos de informação como alguém constantemente em oposição às decisões do governo, dificultando o restabelecimento da ordem pública (Bezerra, 2010, p. 100).

2.2 Dom Fernando Gomes dos Santos e o movimento dos estudantes de Goiás

Desde 1968, com a instauração do AI-5, a Ditadura Militar intensificou a perseguição aos estudantes, que se organizavam em movimentos e lutavam pelo fim do regime. Realizavam passeatas, greves e ocupações de faculdades em todo o Brasil. Em Goiás, a situação não foi diferente e os estudantes encontraram proteção em Dom Fernando, que, mesmo adotando inicialmente uma postura moderada na defesa dos estudantes para evitar conflitos com as lideranças do regime, mostrou seu apoio (Duarte, 1996).

Em março de 1968, Dom Fernando obteve a autorização do governador de Goiás, Otávio Lage de Siqueira, para que os estudantes goianos realizassem, no dia 1º de abril, uma passeata em protesto pela morte do estudante secundarista Edson Luís, assassinado em 28 de março por policiais militares durante uma manifestação no Rio de Janeiro. Conforme Dom Fernando relata em seus escritos:

[...] no dia 31 de março dêste ano de 1968, o Exmo. Sr. Governador do Estado de Goiás, Engenheiro Otávio Lage de Siqueira, honrou-me com sua presença no edifício do seminário Santa Cruz, de Goiânia. Encontravam-se ali representantes das classes sociais, para um almoço íntimo ao ensêjo da comemoração do 25º aniversário de minha sagração episcopal. Na ocasião com a simplicidade amiga que então que nos unia, **Sua Excelência assegurou-me que iria permitir a manifestação estudantil, programada para o dia seguinte, por tratar-se de um movimento pacífico.** Alegrei-me com a notícia e o felicitei pela atitude que me pareceu correta, oportuna e feliz (Santos, 1968, p. 1, grifos nossos).

No entanto, o governador não honrou o compromisso assumido com o prelado e revogou sua palavra anteriormente dada. Otávio Lage entrou em contato com Dom Fernando, comunicando que os estudantes não teriam mais permissão para realizar a passeata.

[...] logo após o almoço, por volta das 16 horas, em minha residência, recebo um telefonema de sua Excelência comunicando-me que resolvera tomar outra deliberação, proibindo a manifestação estudantil. Solicitou-me entretanto, minha colaboração para que tudo corresse bem. Reafirmei-lhe que o governo sempre contará com a colaboração do Arcebispo, respeitados, evidentemente, os imperativos da minha missão que é de justiça, para que possa haver paz. Não consegui persuadi-lo a continuar com a decisão anterior. Alguma força superior o impelia a modificar a atitude que me parecia nobre e acertada (Santos, 1968, p. 1)

Em seu relato, Dom Fernando menciona que, no dia 31 de março de 1968, ele e o bispo auxiliar de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, junto com alguns padres, celebraram uma missa em comemoração ao aniversário da “revolução” na Praça Cívica. Após o ato religioso, numa conversa com o secretário de Segurança Pública, coronel Pitanga Maia, Dom Fernando pediu mais uma vez para evitar “um possível choque entre a Polícia e os estudantes”. Foi informado de que havia “elementos agitadores” entre os estudantes, dos quais a polícia já possuía os nomes e endereços.

Dom Fernando e o bispo auxiliar de Goiânia, Dom Antônio, tomaram a decisão de que, se houvesse uma concentração de estudantes, procurariam uma maneira de dispersá-los. A passeata ocorreu no centro de Goiânia no dia 1º de abril de 1968 e, conforme prometido pelo governador e pelo secretário de Segurança Pública, a polícia agiu e fez uma vítima: o lavador de carros Ornalino Cândido da Silva, confundido com Euler Ivo, que era da diretoria da União Brasileira de Estudantes.

Dom Fernando relata em seus escritos que, enquanto conversava com as lideranças políticas do MDB sobre o ocorrido, um “grupo bastante numeroso de estudantes, constituídos em mais de 80% por meninos e meninas de ginásio, aproximou-se, aos gritos, de minha residência, pedindo socorro” (Santos, 1968, p. 2). De acordo com o bispo, a polícia estava perseguindo os estudantes. Ele então negociou com o secretário de Segurança Pública, coronel Pitanga Maia,

propondo que as tropas fossem retiradas das ruas e, em contrapartida, ele asseguraria a dispersão pacífica dos estudantes. O acordo foi cumprido.

Dom Fernando prossegue em seu relato que, naquele mesmo dia, por volta das 14 horas, presenciou ao redor de sua residência um caminhão carregado de soldados armados com “baionetas adaptadas à boca dos fuzis” que invadiram a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. O bispo, mais uma vez, socorreu os estudantes, agora os universitários de Direito. No local, Dom Fernando foi insultado por um sargento, acusado de estar “sublevando a cidade, atirando as famílias contra a polícia”. Apesar disso, conseguiu que os soldados se retirassem da faculdade.

No dia seguinte, 2 de abril, os estudantes realizaram uma passeata em protesto pela morte do lavador de carros. Foram perseguidos pela polícia e, novamente, buscaram proteção na casa de Dom Fernando. O bispo relata:

Dentro de poucos minutos, a Catedral Metropolitana foi ostensivamente cercada pelas tropas da Polícia Militar, fortemente armadas. Perplexo diante da ousada e sacrílega atitude, aparentemente sem razão suficiente, fui advertido por Dom Antônio Ribeiro de que o Sr. Governador do Estado comunicara à Cúria Metropolitana ter dado ordem para cercar o Templo Sagrado, diante de uma informação por ele recebida, segundo a qual os Estudantes teriam prendido dentro da Catedral um Sargento da Polícia Militar e que estavam armados com bombas “Molotov”, fabricadas na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica (Santos, 1968, p. 5).

Nesse contexto tumultuado, policiais à paisana entraram na Catedral e dispararam contra dois estudantes, Telmo de Farias e Maria Lúcia Jaime, ferindo-os. A chegada do secretário de Segurança Pública ao local permitiu uma revista nos estudantes, que se constatou não estarem armados, levando à sua liberação.

Na tarde do mesmo dia, estava agendada uma missa às 16 horas em memória do lavador de carros assassinado pela polícia militar. Aproximadamente às 13 horas, a Praça Dom Emanuel, onde se localiza a Catedral, e a rua 20, endereço da residência do bispo e da própria Catedral, foram cercadas pela polícia, visando impedir a realização da missa. Contudo, com a intervenção do Comandante da Guarnição Federal de Goiânia, o bispo auxiliar, Dom Antônio, conseguiu celebrar a missa.

Diante desses eventos, Dom Fernando enviou um telegrama ao presidente da República, o ditador general Costa e Silva, relatando os incidentes e solicitando providências.

Cumpro grave dever comunicar Vossa Excelência dolorosos sangrentos acontecimentos ocorridos hoje na Catedral desta cidade. Enquanto Arcebispo, Bispo Auxiliar e alguns Sacerdotes procuravam conter estudantes inclusive no encerramento de manifestações num clima de ordem e dignidade, elemento conforme estou informando, pertencente ao quadro da Polícia Civil, sob poderoso ostensivo aparato bélico circundando toda Igreja, agrediu a tiros ferindo dois estudantes que tingiram com seu sangue nave central da nossa Catedral. Com veemente protesto contra incríveis e injustificáveis violência, espero Vossa Excelência tome providência julgar oportunas sentido por termo sacrílega arrogância. Confio Vossa Excelência como última esperança humana nos possa socorrer. Respeitosas atenciosas saudações (Militares [...], 1968).

Anos mais tarde, quando questionado por um jornalista se o confronto com a polícia havia sido de fato um “batismo de fogo”, Dom Fernando respondeu que realmente ocorreu, mas não foi apenas um batismo de fogo, foi também um batismo de sangue. Ele lembrou: “Em 68, a polícia metralhou um grupo de jovens que buscava refúgio na catedral e o sangue deles manchou a nave da Igreja, como um testemunho daqueles tempos. Foi algo horrível que prefiro não recordar, embora nem sempre seja possível” (Santos, 1982, p. 21).

Conclusão

Este artigo visou discutir a ditadura militar e a posição da Igreja Católica no estado de Goiás, destacando a complexa interação entre o regime e a instituição religiosa durante o período de 1964 a 1985. A análise apontou para a repressão enfrentada por membros da Igreja Católica que criticavam as violações de direitos humanos, além do papel da Igreja no suporte a movimentos sociais, evidenciando sua participação na luta pela justiça social e contra as práticas injustas do regime militar.

A relação entre a Igreja e o regime militar não se limitou a confrontos, mas incluiu também momentos de diálogo, sobretudo em questões educacionais e sociais, ainda que esses esforços coexistissem com desafios na defesa dos direitos humanos.

Dentro desse quadro, ressalta-se a atuação de Dom Fernando em relação aos movimentos estudantis em Goiás. Sua interação com os estudantes, especialmente em períodos de intensa repressão, marca um aspecto importante do envolvimento da Igreja com a sociedade civil na resistência ao autoritarismo. A defesa dos direitos estudantis por Dom Fernando, que incluiu proteção e promoção da liberdade de expressão, sublinha o engajamento da Igreja nas questões sociais da época. Sua abordagem frente às autoridades, visando a proteção dos jovens, reflete o compromisso com princípios de justiça e dignidade humana.

Ainda há, certamente, que se explorar a contribuição de outras muitas figuras proeminentes no combate à violência praticada pelo regime, sobretudo contra os povos indígenas e os camponeses, para além do espaço da vida urbana. É o caso, à guisa de ilustração, de Dom Tomás Balduino, bispo da Cidade de Goiás, e Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, que, então, integravam o Regional Centro-Oeste da CNBB, com sede em Goiânia. Ou, no outro extremo, a atuação de bispos mais favoráveis ao governo militar, como Dom José Silva Chaves, em Uruaçu, e, mais tarde, Dom Manuel Pestana Filho, em Anápolis. Trata-se de um esforço cumulativo que certamente irá contribuir no esclarecimento dos diferentes perfis de adesão da Igreja Católica em Goiás na luta pelos direitos sociais e pela democracia, com diferentes papéis, contradições e colaboração com contornos ainda por conhecer.

Conforme esta exposição, pode-se sugerir que a relação entre a Igreja Católica e o regime militar em Goiás foi predominantemente marcada por uma dinâmica de resistência, apoio a movimentos sociais e estudantis, e momentos de diálogo. Dom Fernando se destaca como um participante ativo nas questões sociais enfrentadas, buscando alternativas aos problemas vivenciados pelos grupos sociais mais vulneráveis em um período em que as ações estatais divergiam significativamente dos valores defendidos pela Igreja Católica, particularmente o princípio da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980).**

2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

COSTA, Célia; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth. **O bispo de Volta Redonda**: memórias de dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DUARTE, Teresinha Maria. **Se as paredes da Catedral falassem**: a Arquidiocese de Goiânia e o regime militar (1968/1985). 1996. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar**: os casos de São Carlos e Assis. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MILITARES tomaram de assalto a praça da Catedral. **Folha de Goiás**, Goiânia, 3 abr. 1968.

PILETI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara**: entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64**. Rio de Janeiro, 2004. 151 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar**: esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. **Os acontecimentos em Goiânia**: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), 1968. Não publicado.

SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. **Sem violência e sem medo**: escritos, homílias e entrevistas. Goiânia, UCG, 1982.

SERBIN, Kenneth P. The Catholic Church, religious pluralism, and democracy in Brazil. In: KINGSTONE, Peter R.; POWER, Timothy J. **Democratic Brazil: actors, institutions and processes**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: O povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SIQUEIRA, Neusa Valadares. **A Igreja Católica e a Defesa dos Direitos Humanos Durante o Período do Estado de Exceção no Regime Militar.** Goiânia, 2019. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Ciências da Religião - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2019.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.